

O PROFISSIONAL DO DIREITO: perfil, campo de atuação e perspectivas

Luiz Carlos dos Santos

De pronto, cabe esclarecer, que de acordo com a legislação educacional brasileira, a Instituição de Ensino Superior (IES), ao elaborar o projeto pedagógico de um curso (PPC) deve construí-lo, dentre outros aspectos, em perfeita harmonia com o que preconiza as Diretrizes Curriculares para o curso pretendido. Contudo, essa premissa não significa dizer que a IES não possa atender às peculiaridades/especificidades da região e/ou município, as quais a opção curricular será implantada e implementada.

Atendida à duração mínima e os parâmetros basilares, estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Direito, objeto deste texto de opinião, a IES pode imprimir seu foco ou ênfase na Matriz Curricular, sem que o atendimento às especificidades regionais e/ou locais signifique uma especialização ou habilitação. O profissional egresso será um bacharel em Direito, que depois de aprovado no Exame de Suficiência, sob o encargo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e inscrito na seccional do seu Estado, além do título de Bacharel em Direito é um Advogado; agora sob a fiscalização do exercício profissional de sua classe.

Portanto, na elaboração do PPC a IES deve cumprir o que preconiza a legislação educacional para o curso de Direito; caso o egresso queira ser um Advogado terá que atender ao que prevê a legislação profissional - lograr aprovação no exame supramencionado e inscrever-se na seccional da OAB do estado que reside. Em outras palavras, nem sempre um bacharel em Direito é, também, um Advogado.

Ressalte-se que, antes de qualquer coisa é bom lembrar que Direito é um curso da área de humanas, mais especificamente das Ciências Sociais Aplicadas. O candidato ao Processo Seletivo deve estar ciente que irá lidar muito com linguagem, leitura, política e principalmente, pessoas. Considera-se Direito um dos cursos mais vastos da área, uma vez que abrange várias matérias/conteúdos sociais que vão desde Filosofia, Economia, Sociologia a Psicologia Forense e Medicina Legal. Desta forma, infere-se que o profissional deve deter uma formação humanística, podendo enveredar-se por vários segmentos, a depender de sua inclinação para o (s) ramo (s) do Direito pretendido (s).

O Direito é a ciência que cuida da aplicação das normas jurídicas vigentes em um país, para organizar as relações entre indivíduos e grupos na sociedade. Zelar pela harmonia e pela correção das relações entre os cidadãos, as organizações e o poder público compõe, em síntese, é a função do Advogado. Para isso, ele analisa as disputas e os conflitos com base no

que está estabelecido na Constituição Federal, regulamentado pelas leis, com o objetivo de defender os interesses do cliente em diversos campos, tais como: penal; civil; previdenciário; trabalhista; tributário; ambiental; consumidor; educacional; propriedade intelectual; tecnologia da informação; comercial; agrário; administrativo; internacional privado, dentre outros.

Nessa perspectiva, o profissional do Direito resolve litígios que envolvem indivíduos ou empregados e empregadores; defende o meio ambiente, os direitos das minorias e o patrimônio histórico e cultural.

Reafirme-se ante o esclarecido nesta matéria, que existem duas carreiras distintas para o profissional do Direito: ele pode atuar como advogado, estabelecendo-se autonomamente, ou seguir a carreira jurídica, mediante aprovação em concurso público (esta é a regra constitucional) - juiz, promotor de justiça, procurador do estado ou município; advogado da União, defensor público ou delegado de polícia. Em muitos Editais de Concurso, para o ingresso nas carreiras citadas, há exigência do candidato ter dois anos de inscrição na OAB e efetivo exercício da advocacia. Ah! A docência também é um campo a ser explorado; para melhor desempenho nessa área recomenda-se que o Bacharel ou Advogado possua curso em Metodologia do Ensino, pois ter domínio de conteúdo, não necessariamente significa estar preparado para o magistério.

Convém frisar: não há dúvidas que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente em decorrência do avanço do conhecimento, das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), dos Direitos Difusos, da internacionalização, entre outras variáveis. A concorrência se torna cotidianamente mais acirrada. Porém essa tendência vem acontecendo com, praticamente; cabe ao bom profissional se atualizar - nunca parar de estudar (participar de eventos técnico-científicos, manter assinatura de revista técnico-científica de sua área, especializar-se em determinado ramo do direito e, se possível, verticalizar seus estudos em cursos de mestrado e doutorado). Tudo isso repercute na melhoria do atendimento de seus clientes.

É bom lembrar que desde o primeiro semestre de 2010 tramita no Senado um anteprojeto para elaboração do novo Código de Processo Civil. Ele prevê a criação de instrumentos para reduzir o tempo de tramitação de processos pela Justiça brasileira. Por isso, a demanda no setor público nas esferas federais e estaduais, que já é grande para o egresso do curso de Direito, tende a aumentar. Pelos estudos empreendidos, pode-se asseverar que faltam profissionais para trabalhar no Judiciário brasileiro e o número de magistrados ainda é menor que o necessário.

Os concursos públicos para bacharéis devem continuar crescendo nos próximos anos, mesmo para vagas que exigem nível superior, não necessariamente em Direito, como para auditor ou analista da Receita Federal. Presume-se que os advogados têm boas condições de concorrer, pois já chegam mais bem preparados com o conhecimento de legislação. Estão com perspectivas de crescimento ramos mais recentes, como o direito ambiental e da tecnologia da informação. Empresas públicas, privadas e organizações do Terceiro Setor necessitam de advogados para adequar suas atividades à legislação ambiental. O uso cada vez maior de recursos de informática valoriza o direito da tecnologia da informação, que lida com questões relacionadas à internet.

Além das áreas aqui elencadas, também têm destaque o direito internacional e no campo da genética. Enfim, o campo é vastíssimo. Entretanto, repita-se, a educação continuada deve ser algo contínuo e constante.